

COMITÉ OLÍMPICO DO
BRASIL



POLÍTICA ANTIDOPING

SINOPSE

Esta Política reafirma o compromisso do COB com o Código Mundial Antidoping (Código), e sua cooperação com a Agência Mundial Antidoping (WADA) e a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), na erradicação do doping no esporte.

ÍNDICE

Fundamentos:

ÍNDICE	2
Fundamentos	3
Seção 1. Compromisso com o combate ao doping	4
Seção 2. Aplicação da Política Antidoping	4
Seção 3. Conformidade com o Código e Padrões Internacionais	4
Seção 4. Responsabilidades do COB	5
Seção 5. Conformidade das Entidades Esportivas	6
Seção 6. Conformidade com as Federações Internacionais	8
Seção 7. Obrigações dos Atletas	8
Seção 8. Obrigações do Pessoal de Suporte a Atleta	9
Seção 9. Reconhecimento Mútuo	10
Seção 10. Violações a esta Política	10
Seção 11. Proteção das Informações Pessoais	10
Seção 12. Sanções Impostas pelo COB	11
Seção 13. Divulgação Pública	11
Seção 14. Educação Antidoping	12
Seção 15. Adesão à Política Antidoping do COB	12
Seção 16. Procedimentos Disciplinares	13
Seção 17. Notificação	13
Seção 18. Apelação	14
Seção 19. Revisão de Violação de Regra Antidoping	14
Seção 20. Departamento de Antidoping	15
Seção 21. Interpretação e Implementação	16

FUNDAMENTOS

Os Programas de Prevenção à Dopagem no Esporte buscam preservar os valores intrínsecos do esporte, o conjunto desses valores é o que chamamos “espírito esportivo”. Esta é a essência do Olimpismo, perseguir a excelência do homem através da dedicação à perfeição do talento natural de cada pessoa. Assim o “espírito do esporte” é colocado em prática. O espírito esportivo é a celebração do espírito humano, corpo e mente, e se reflete nos valores que encontramos no esporte e com o esporte, incluindo:

- Ética, jogo limpo e honestidade;
- Saúde;
- Desempenho extraordinário;
- Caráter e educação;
- Diversão e prazer;
- Trabalho em equipe;
- Dedicação e comprometimento;
- Respeito às leis e regras;
- Respeito a si e a outros participantes;
- Coragem;
- Solidariedade.

O Dopagem é fundamentalmente contrário ao espírito esportivo.



SEÇÃO 1. COMPROMISSO COM O COMBATE AO DOPING

Art.1. O Comitê Olímpico do Brasil (COB), comprometido com a ética e os valores do esporte, estabelece e implementa sua Política Antidoping (Política). Esta Política reafirma o compromisso do COB com o Código Mundial Antidoping (Código), e sua cooperação com a Agência Mundial Antidoping (WADA) e a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), na erradicação do doping no esporte.

SEÇÃO 2. APLICAÇÃO DA POLÍTICA ANTIDOPING

Art.2. Esta Política se aplica a:

- a. Ao COB;
- b. Atletas;
- c. Pessoal de Apoio a Atletas;
- d. Pessoas sob a autoridade do COB;
- e. Entidades Esportivas (art.5, caput);

§ 1º. As sanções serão aplicadas nos casos de violação de regra antidoping, ou quaisquer regras determinadas nesta Política.

§ 2º. O COB deverá reconhecer Testes e decisões proferidas em julgamentos realizados por quaisquer Signatários, que sejam consistentes com o Código e circunscritas à Autoridade daquele Signatário.

§ 3º. O COB deverá reconhecer as mesmas ações de outras Organizações que não tenham aceitado o Código, se suas regras antidoping forem consistentes com o Código.

SEÇÃO 3. CONFORMIDADE COM O CÓDIGO E PADRÕES INTERNACIONAIS

Art. 3. Esta Política está em conformidade com o Código e os Padrões Internacionais adotados pela WADA.

SEÇÃO 4. RESPONSABILIDADES DO COB

Art.4. O COB como Signatário do Código está obrigado a cumprir suas obrigações e responsabilidades previstas no Código e cumprir o que determinam os Padrões Internacionais adotados pela WADA, bem como:

I. Assistir a WADA e a ABCD em seus esforços no combate ao doping. Extendendo seu compromisso, o COB se compromete em cooperar com a WADA e a ABCD na promoção da saúde, do jogo limpo e da igualdade entre os atletas.

O COB deverá respeitar a autonomia da WADA e da ABCD e não deverá interferir em suas decisões e atividades operacionais.

II. Estabelecer um Programa de Educação e Prevenção ao doping no esporte e, assistir à WADA, Federações Internacionais e ABCD em seus programas de educação antidoping.

III. Estar apto a exercer as atividades de combate ao Doping, em conformidade com os documentos técnicos da WADA.

IV. Respeitar a independência operacional do Laboratório Brasileiro de Controle de Doping - LBCD e demais laboratórios acreditados pela WADA, como determina o Padrão Internacional para Laboratórios, não implementando, subsidiando, contratando ou mantendo estrutura, desenvolvendo atividades de análise de amostras de material biológico para fins de controle de doping sem a acreditação da WADA.

V. Estabelecer, como pré-requisito ao cargo, que todos seus Diretores e funcionários declarem acordo com esta Política Antidoping, e que se manterão em conformidade com o Código.

VI. Implementar mecanismos de proteção a Pessoas que relataram violação de regra antidoping, repreendendo qualquer pessoa que ameace ou atue desencorajando o indivíduo que, de boa-fé, denuncie violação de regra antidoping, não-conformidade ao Código, ou outra atividade relacionada ao doping no esporte à WADA, Conselhos Profissionais ou agentes da lei.

VII. Assegurar que não haverá qualquer retaliação à Pessoa que denunciar violação de regra antidoping, não-conformidade ao Código, ou outra atividade relacionada à doping no esporte à WADA, Conselhos Profissionais ou agentes da lei.

VIII. Interromper o repasse de qualquer recurso financeiro durante o seu período de inelegibilidade, incluindo o período de suspensão provisória, para qualquer Atleta, Pessoal de Suporte a Atletas que tenha cometido uma violação de regra antidoping.

IX. Interromper o repasse de qualquer recurso financeiro para seus membros, ou Entidade Esportiva que não estiverem em Conformidade com o Código e esta Política.

X. Buscar identificar todas as potenciais violações de regra antidoping em sua jurisdição, incluindo investigar se alguma Pessoa de Suporte a Atletas ou outra Pessoa possa ter se envolvido em casos de doping, e encaminhar ao órgão competente para as providências cabíveis.

XI. Promover educação antidoping e requerer às Entidades Esportivas que conduzam educação antidoping em coordenação com a ABCD e o COB.

SEÇÃO 5. CONFORMIDADE DAS ENTIDADES ESPORTIVAS

Art. 5. Para os propósitos desta Política o termo Entidade Esportiva inclui as Confederações Olímpicas, as Confederações não-Olímpicas vinculadas e/ou reconhecidas pelo COB, outros Entes Esportivos e Organizadores de Grandes Eventos vinculados ao COB.

§ 1º. Como condição de manter seu vínculo com o COB, devem aderir a esta Política, em todos os aspectos, ao Código, aos Padrões Internacionais e Documentos Técnicos adotados pela WADA

§ 2º. Cada Entidade Esportiva deverá adotar e implementar regra ou política antidoping em conformidade com esta Política, com o Código, com os Padrões Internacionais e Documentos Técnicos adotados pela WADA.

§ 3º. Além disso as Entidades Esportivas devem:

I. Requerer, como condição para manutenção de afiliação, que as políticas, regras e programas desenvolvidos por seus membros e clubes estejam em conformidade com o Código.

II. Dar suporte e assistir o COB, a WADA, o Comitê Olímpico Internacional - COI, suas respectivas Federações Internacionais, a ABCD e qualquer outra Organização Antidoping na erradicação do doping no esporte.

III. Cooperar com a WADA e a ABCD na promoção da saúde, na promoção do jogo limpo e pela igualdade entre todos os atletas; bem como deverão respeitar a autonomia do COB, da WADA e da ABCD em suas ações de Controle de Doping e atividades antidoping.

IV. Apoiar e assistir o COB, a WADA, a ABCD e qualquer outra Organização Antidoping com autoridade para conduzir uma investigação, em seus esforços para combater o doping no esporte e, cooperar com elas na investigação de potenciais violações de regra antidoping. Adicionalmente, cada Entidade Esportiva deverá relatar quaisquer informações relacionadas a violações de regra antidoping ao COB, à ABCD e às suas respectivas Federações Internacionais.

V. Requerer que cada Atleta e qualquer Pessoal de Suporte a Atletas que participe como técnico, treinador, gestor, colaborador ou prestador de serviços, delegados ou representantes oficiais, equipe médica em competição ou atividade autorizada ou organizada pela Entidade Esportiva ou por qualquer de suas organização afiliadas, concordem em se comprometer com as regras antidoping e com a Organização Antidoping responsável pela Gestão de Resultados, em conformidade com o Código, como condição para sua participação.

VI. Implementar medidas disciplinares para evitar que Pessoal de Suporte a Atletas em uso de substâncias ou métodos proibidos, sem justificativa válida, atue oferecendo suporte a Atletas sob sua autoridade.

VII. Requerer que Atletas que não sejam seus membros regulares estejam disponíveis para a coleta de Amostras para Controle de Doping, forneçam informações precisas e atualizadas de localização de maneira regular, se requeridos, durante o ano anterior aos Jogos Olímpicos, como condição para a participação nos Jogos Olímpicos e convocação para o TIME BRASIL;

VIII. Tomar providências apropriadas para desencorajar o desrespeito ao Código;

IX. Reconhecer e respeitar o achado de uma violação de regra antidoping por uma Federação Internacional, pela ABCD ou qualquer outro Signatário sem a necessidade de uma audiência, desde que a constatação seja compatível com o Código e sob a autoridade do órgão em questão;

X. Requerer que qualquer Pessoa que não seja um membro regular, mas que preencha os requisitos para se tornar parte do Grupo Alvo de Testes da ABCD, que se regularize como membro e que esteja disponível para Testes, com antecedência mínima de seis meses de sua participação em Eventos Nacionais ou Internacionais.

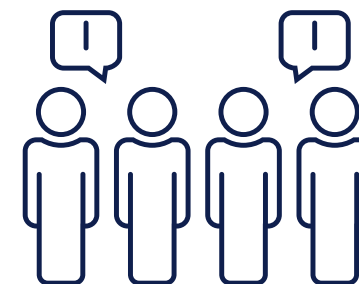
XI. Notificar imediatamente o COB quando notificada de uma violação de regra antidoping e da imposição de qualquer sanção por uma violação de regra antidoping a qualquer Atleta, Pessoal de Suporte a Atleta ou outra Pessoa sob sua autoridade.

XII. Promover educação antidoping em coordenação com a ABCD e o COB.

XIII. Fornecer assistência e informação ao COB, por requerimento do Diretor-Geral, para permitir que o COB implemente de forma apropriada esta Política.

XIV. Assistir o COB, a WADA, a ABCD, e suas respectivas Federações Internacionais, a promover e coordenar a educação e prevenção ao doping no esporte.

XV. Estabelecer regra determinando que a atuação de técnicos, preparadores físicos, gerentes, árbitros, equipe médica e todo o Pessoal de Suporte a Atletas, está condicionada à aceitação formal à esta Política.



SEÇÃO 6. CONFORMIDADE COM AS FEDERAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 6. As obrigações e consequências impostas por esta Política devem ser consideradas como suplementares às obrigações impostas pelas Federações Internacionais e não servirão para evitar que qualquer Atleta, Pessoal de Apoio ao Atleta, ou qualquer outra Pessoa sofra as consequências de não cumprir as regras antidoping impostas por sua Federação Internacional.

SEÇÃO 7. OBRIGAÇÕES DOS ATLETAS

Art.7. Todo atleta deve:

- I. Ter conhecimento e cumprir com todas as políticas e regras antidoping aplicáveis, notadamente o Código, os Padrões Internacionais, esta Política, e as políticas e regras impostas pela ABCD, pela Confederação e pela Federação Internacional da modalidade;
- II. Estar disponível para Coleta de Amostras para fins de controle de doping todo o tempo;
- III. Ser responsável, no contexto do antidoping, pelo que Usa e por tudo que entra em seu corpo, por qualquer via.

IV. Informar a equipe médica de suas obrigações com o Código, de sua proibição de Uso de Substâncias ou Métodos Proibidos e, ser responsável por se assegurar de que qualquer tratamento médico recebido não configure uma violação das políticas antidoping e das regras aplicáveis a eles;

V. Informar à ABCD e à sua Federação Internacional de qualquer condenação recebida por violação de regra antidoping proferida por um não-Signatário, nos últimos dez anos;

VI. Cooperar com as Organizações Antidoping em investigações de violação de regra antidoping.

§1. Todos os atletas que sejam registrados em uma Entidade Esportiva devem estar disponíveis para coleta de Amostras conduzidas de acordo com o Código e fornecer informações de localização precisas e atualizadas de forma regular, quando solicitados, durante o ano que antecede os Jogos Olímpicos, como condição para sua participação nos Jogos Olímpicos como membros do TIME BRASIL.

§2. Qualquer atleta que não seja registrado em uma Entidade Esportiva e que preencha os requisitos para compor o Grupo Alvo de Testes da ABCD, deve se registrar junto a Confederação de sua modalidade, e deve se colocar disponível para Testes, com antecedência mínima de seis meses de sua participação em Eventos Nacionais ou Internacionais de sua modalidade.



SEÇÃO 8. OBRIGAÇÕES DO PESSOAL DE SUPORTE A ATLETA

Art. 8. Todo o Pessoal de Suporte a Atletas deve:

- I. Ter conhecimento e cumprir com todas as políticas e regras antidoping aplicáveis, notadamente o Código, os Padrões Internacionais, esta Política, e as políticas e regras impostas pela ABCD, pela Confederação e pela Federação Internacional da modalidade, aplicáveis a eles e aos atletas que atendem;
- II. Cooperar com o programa de Testes de Atletas;
- III. Utilizar sua influência na construção de valores e comportamento do atleta que se convertam em atitudes que previnam o doping;
- IV. Informar à ABCD e à sua Federação Internacional de qualquer condenação recebida por violação de regra antidoping proferida por um não-Signatário, nos últimos dez anos;
- V. Cooperar com as Organizações Antidoping em investigações de violação de regra antidoping;
- VI. Não Usar ou Possuir qualquer Sustância ou Método Proibido sem justificativa válida.

SEÇÃO 9. RECONHECIMENTO MÚTUO

Art. 9. O COB deve reconhecer os Testes, os resultados de audiências ou outras decisões proferidas por qualquer Signatário, que esteja consistente com o Código e dentro da autoridade desse Signatário.

Parágrafo Único. O COB deve reconhecer as mesmas ações de outras Organizações que não tenham aceitado o Código, se as regras destas Organizações são consistentes com o Código.



SEÇÃO 10. VIOLAÇÕES A ESTA POLÍTICA

Art. 10. A violação a qualquer regra antidoping consiste em violação à esta Política.

Parágrafo Único. Consiste infração à esta Política para o Atleta, Pessoal de Suporte a Atleta, outra Pessoa ou Entidade Esportiva que violem qualquer de suas obrigações com o COB, derivadas desta Política.

SEÇÃO 11. PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 11. Todas as informações pessoais relacionadas ou pertencentes aos Atletas serão mantidas em confidencialidade e tratadas em conformidade ao Padrão Internacional de Proteção à Privacidade e às Informações Pessoais - ISPPPI, e em conformidade com a Constituição Brasileira e Legislação complementar.

SEÇÃO 12. SANÇÕES IMPOSTAS PELO COB

Art. 12. Qualquer Pessoa que esteja cumprindo suspensão, ainda que provisória, por uma violação de regra antidoping estará inelegível para registro ou seleção por qualquer Time, impedida de receber recurso financeiro do COB ou ocupar um cargo ou qualquer outra posição no COB.

§1. O período ou períodos de qualquer sanção será determinado de acordo com os Artigos 7.9, 10 e 11 do Código.

§2. O COB reconhecerá sanções prévias impostas por qualquer Organização Antidoping, para determinar se a infração é uma primeira, segunda ou terceira violação.

§3. Outras sanções impostas pelo COB por desrespeito a esta *Política*:

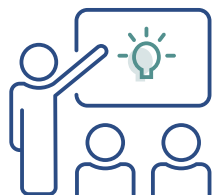
- I. Exclusão de curso ou impedimento à participação em qualquer curso oferecido pelo Instituto Olímpico Brasileiro - IOB;
- II. Perda de benefícios, exclusão de projetos ou exclusão da participação em programas financiados ou promovidos pela Solidariedade Olímpica;
- III. Impedimento ao acesso e cessação imediata da prestação de serviços oferecidos pelo Laboratório Olímpico, Centros de Treinamento do TIME BRASIL e das Confederações filiadas ao COB;
- IV. Afastamento da concentração, vila de Atletas, e/ou vila Olímpica;
- V. Retirada da credencial do *Evento* em que o infrator integre o TIME BRASIL ou qualquer outra representação em jogos.
- VI. Impedimento ao acesso às dependências do Comitê Olímpico do Brasil, exceto para tratar de assunto relativo a violações dessa Política ou para atividades de Educação e Prevenção ao Doping.

SEÇÃO 13. DIVULGAÇÃO PÚBLICA

Art. 13. A divulgação pública das violações de regra antidoping será realizada de acordo com o Art. 14.3 do *Código*.

SEÇÃO 14. EDUCAÇÃO ANTIDOPING

Art. 14. O COB deverá implementar programas de educação antidoping específicos para *Atletas* e *Pessoal de Suporte a Atletas*, de acordo com o *Código* e *Padrões Internacionais*. O COB acredita que somente através da educação, *Atletas* e *Pessoal de Suporte a*



Atletas entenderão suas responsabilidades antidoping e desta forma estarão em conformidade com esta *Política* e com o *Código*. O foco dos programas de educação deverá ser na prevenção, incluindo o alerta sobre os danos causados pelo doping à saúde do *Atleta*, e encorajando a prática desportiva justa e igualitária.

§ 1º. O *Atleta* notificado de sua inclusão no *Grupo Alvo de Testes*, ou convocado para o TIME BRASIL, deverá comprovar, anualmente, sua participação em atividade de educação antidoping para *Atletas* promovida ou certificada pelo COB, WADA, sua Federação Internacional ou pela ABCD.

§ 2º. O Treinador(a) certificado pelo COB, ou *Pessoal de Suporte à Atleta* do TIME BRASIL, deverá comprovar, anualmente, sua participação em atividade de educação antidoping para treinadores promovida ou certificada pelo COB, WADA, sua Federação Internacional ou pela ABCD.

§ 3º. Todo o *Pessoal de Suporte a Atletas* da área de saúde (incluindo, mas não se limitando a médicos (as), enfermeiros(as), fisioterapeutas, nutricionistas, massoterapeutas e técnicos) credenciados para compor a delegação do TIME BRASIL em Jogos Olímpicos, PanAmericanos, Jogos da Juventude ou quaisquer outros eventos com a participação do TIME BRASIL, deverá comprovar sua participação em atividade de educação antidoping promovida ou certificada pelo COB, WADA, sua Federação Internacional ou pela ABCD, nos últimos doze meses.

SEÇÃO 15. ADESÃO À POLÍTICA ANTIDOPING DO COB

Art. 15. O *Código* requer que cada *Signatário* estabeleça regras e procedimentos para assegurar que todos os *Atletas*, *Pessoal de Suporte a Atletas* e outras *Pessoas* sob sua responsabilidade sejam informados de suas regras e procedimentos *antidoping*. Para implementar esta determinação do *Código*, o COB convoca todas as Entidades Esportivas a assumir a responsabilidade de informar seus *Atletas*, *Pessoal de Suporte a Atletas* e outras

Pessoas, desta Política Antidoping e dos protocolos da ABCD.

§ 1º. Todos *Atletas, Pessoal de Suporte a Atletas* e outras *Pessoas* registradas em uma Entidade Esportiva, ou que sejam membros do TIME BRASIL, CONCORDAM em submeter-se a esta *Política* e aos protocolos da ABCD.

§ 2º. Todos *Atletas* incluídos em um *Grupo Alvo de Testes*, CONCORDAM em submeter-se a esta *Política* e aos protocolos da ABCD.

§ 3º. Todos *Atletas, Pessoal de Suporte a Atletas* e outras *Pessoas* que participem dos Jogos Olímpicos, Jogos PanAmericanos, Jogos Olímpicos da Juventude, Evento ou Competição organizada ou aprovada por uma Entidade Esportiva, CONCORDAM em submeter-se a esta *Política* e aos protocolos da ABCD.

§ 4º. Todos *Atletas, Pessoal de Suporte a Atletas* e outras *Pessoas* que utilize uma arena Olímpica, Centros de Treinamento ou instalações pertencentes ou à disposição do COB, CONCORDAM em submeter-se a esta *Política* e aos protocolos da ABCD.

§ 5º. Todos *Atletas, Pessoal de Suporte a Atletas* e outras *Pessoas* que, de alguma forma, estejam sob a jurisdição do COB, CONCORDAM em submeter-se a esta *Política* e aos protocolos da ABCD.

SEÇÃO 16. PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Art. 16 - O Conselho de Ética do COB terá o poder para regular seus procedimentos disciplinares. Entretanto, em todos os aspectos relacionados à matéria *Antidoping*, tais procedimentos deverão estar em conformidade com o Art. 8 do *Código*

SEÇÃO 17. NOTIFICAÇÃO

Art. 17. Ao impor uma sanção a qualquer *Pessoa*, por violação das regras previstas nesta *Política*, o COB deverá enviar os detalhes desta sanção para:

I. O Comitê Olímpico Internacional, se aplicável;

II. À Federação Internacional correspondente;

III. À Confederação Brasileira correspondente;

IV. À ABCD

V. À WADA;

VI. Às *Pessoas* designadas para notificação no Art. 14.1 do *Código*;

VII. À qualquer *Pessoa* ou Organização que o COB entenda que devam ser informados a este respeito.

SEÇÃO 18. APELAÇÃO

Art.18. Exceto quando previsto pelo *Código*, nenhuma *Pessoa* pode apelar ou contestar qualquer reconhecimento pelo COB de uma violação de regra antidoping, antes de esgotar as possibilidades de apelação e outros direitos (se houver) referentes ao achado de violação de regra antidoping por uma *Organização Antidoping* (perante o Tribunal Antidoping ou Autoridade de *Gestão de Resultados* responsável). Se uma *Pessoa* contestar ou apelar da audiência ou descoberta da *Organização Antidoping* em questão, o COB adiará o reconhecimento da violação da regra antidoping até a conclusão do julgamento da apelação, e cumprirá a decisão



proferida pelo tribunal em questão.

Parágrafo Único. Decisões sob esta *Política* poderão ser apeladas em conformidade com o Artigo 13 do *Código*. Tais decisões permanecerão em vigor enquanto estiverem sob apelação, a menos que o órgão de apelação ordene o contrário.

SEÇÃO 19. REVISÃO DE VIOLAÇÃO DE REGRA ANTIDOPING

Art.19. Se uma *Pessoa* registrada como tendo cometido uma violação da regra antidoping é posteriormente considerada como não tendo cometido essa violação da regra antidoping, ou é inocentada ou perdoada de qualquer transgressão, pela Corte Arbitral do Esporte (CAS), ou qualquer outro Órgão de Apelação da Organização Antidoping agindo em conformidade com o *Código*, o COB anulará a violação da regra antidoping e qualquer sanção que tenha sido imposta como resultado dessa violação da regra antidoping, e comunicará a decisão a todas as *Pessoas* notificadas da sanção imposta inicialmente.

Parágrafo Único. A anulação prevista neste artigo não ensejará o pagamento ou o repasse de qualquer benefício retroativo, ou qualquer indenização pela aplicação da sanção ora anulada.

SEÇÃO 20. DEPARTAMENTO DE ANTIDOPING

Art. 20. O COB constituirá um Departamento de Educação e Prevenção ao Doping (DEPD), para implementação desta Política Antidoping, que atuará com autonomia, independência, observância ao *Código, Padrões Internacionais e Documentos Técnicos* adotados pela WADA.

§1. O DEPD atuará em cooperação com a ABCD e outras *Organizações Antidoping* relevantes com relação à implementação desta *Política*.

§2. Além disso, o DEPD deverá:

- I. Desenvolver um programa educacional de acordo com o *Código e Padrões Internacionais*;
- II. Integrar a educação antidoping em outros programas educacionais conduzidos pelo COB;
- III. Desenvolver e manter atualizadas ferramentas que expandam o alcance da educação antidoping, facilitando o acesso a plataformas de ensino à distância, e educar os oficiais das Entidades Esportivas.
- IV. Conduzir, promover e incentivar seminários, palestras e atividades presenciais, em coordenação com a ABCD, para *Atletas, Pessoal de Suporte a Atletas*, e outras *Pessoas* envolvidas no desenvolvimento do *Atleta*;
- V. Conduzir, promover e incentivar seminários e palestras para educação antidoping para Gestores, colaboradores do COB e das Entidades Esportivas afiliadas ao COB;
- VI. Assessorar o Diretor-Geral do COB nas matérias relacionadas ao combate ao doping;

VII. Manter foco especial na assistência de *Atletas, Pessoal de Suporte a Atletas* e outras *Pessoas* para esclarecimentos sobre a *Lista de Substâncias e Métodos Proibidos*, auxiliar as solicitações de *Autorização de Uso Terapêutico*, em conformidade com o *Padrão Internacional de Autorização de Uso Terapêutico (ISTUE)*;

VIII. Notificar o *Oficial de Conformidade* do COB qualquer resultado de investigação sobre possíveis violações à esta *Política*;

IX. Notificar a ABCD e WADA qualquer resultado de investigação sobre possíveis violações de regra antidoping;

X. Promover em coordenação com a Gerência Médica do COB ações de educação e prevenção ao uso de *Substâncias e Métodos Proibidos*, e de combate ao uso de álcool e outras drogas no meio Olímpico;

XI. Desenvolver em coordenação com a Diretoria de Esportes do COB, ações de educação e prevenção antidoping com o TIME BRASIL, durante a preparação e participação em *Jogos Internacionais*.

SEÇÃO 21. INTERPRETAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Art.21. Todas as palavras utilizadas nesta *Política* terão o mesmo significado que aquelas atribuídas a elas no *Código* e nos *Padrões Internacionais*. O *Código* e os *Padrões Internacionais* devem ser considerados como parte desta *Política*, serão aplicados automaticamente e prevalecerão em caso de conflito.

§1. O texto oficial desta *Política* será mantido pelo COB e será publicado em Português, Espanhol e Inglês. Em caso de conflito entre as versões, a versão em português prevalecerá.

§2. Esta *Política* entrará em vigor em 05 de Setembro de 2019.



www.cob.org.br

COMITÉ OLÍMPICO DO
BRASIL



ANTIDOPING POLICY

SYNOPSIS

This Policy reaffirms COB's commitment to the World Anti-Doping Code (Code), to the cooperation with the World Anti-Doping Agency (WADA) and the Brazilian Doping Control Authority (ABCD) in eliminating doping in sport.

TABLE OF CONTENTS

Basic Principles	4
Section 1. Commitment to the fight against doping	5
Section 2. Enforcement of the Anti-Doping Policy	5
Section 3. Conformity with the Code and the International Standards	5
Section 4. Responsibilities of COB	6
Section 5. Sport Organization Compliance	7
Section 6. Compliance with International Federations	9
Section 7. Obligations of Athletes	9
Section 8. Obligations of Athlete Support Personnel	10
Section 9. Mutual Recognition	11
Section 10. Breaches of this Policy	11
Section 11. Protection of Personal Information	12
Section 12. COB Imposed Sanctions	12
Section 13. Public Disclosure	13
Section 14. Anti-doping Education	13
Section 15. Adherence to COB Anti-Doping Policy	14
Section 16. Disciplinary Rules	14
Section 17. Notice	15
Section 18. Appeals	15
Section 19. Review of Anti-Doping Rule Violation	16
Section 20. Anti-Doping Department	16
Section 21. Interpretation and Coming Into Force	17

BASIC PRINCIPLES

The Anti-Doping Prevention Programs seek to preserve the intrinsic value of sport. This intrinsic value is often referred to as "the spirit of sport". It is the essence of Olympism to pursue human excellence through dedicated perfection of the natural talents of each Person. This is how "the spirit of sport" is put into practice. It is the celebration of the human spirit, body and mind, and is reflected in the values we find in and through sport, including:

- Ethics, fair play and honesty;
- Health;
- Excellence in performance;
- Character and education;
- Fun and joy;
- Teamwork;
- Dedication and commitment;
- Respect for laws and rules;
- Respect for self and other Participants;
- Courage;
- Solidarity.

Doping is fundamentally contrary to the spirit of sport.



SECTION 1. COMMITMENT TO THE FIGHT AGAINST DOPING

Art. 1. Fully committed to sport ethics and values, the Brazil Olympic Committee (COB), establishes and implements its Anti-Doping Policy (Policy). This *Policy* reaffirms COB's commitment to the World Anti-Doping Code (Code), to the cooperation with the World Anti-Doping Agency (WADA) and the Brazilian Doping Control Authority (ABCD) in eliminating doping in sport.

SECTION 2. ENFORCEMENT OF THE ANTI-DOPING POLICY

Art. 2. This Policy shall apply to:

- a. COB;
- b. *Athletes*;
- c. *Athlete Support Personnel*;
- d. *Persons* acting under COB authority
- e. Sport Organizations (as defined in Article 5 of this Policy);

§ 1. Sanctions shall apply in case of non-compliance of the anti-doping rules or any other rules set out in this *Policy*.

§ 2. COB shall recognize *Testing*, hearing results or other final adjudications by any Signatory which are consistent with the *Code* and are within that *Signatory's* authority.

§ 3. COB shall recognize the same actions of other Organizations that have not accepted the *Code* if their anti-doping rules are consistent with the *Code*.

SECTION 3. CONFORMITY WITH THE CODE AND THE INTERNATIONAL STANDARDS

Art. 3. This *Policy* is compliant with the *Code* and the *International Standards* adopted by *WADA*.

SECTION 4. RESPONSIBILITIES OF COB

Art. 4. As a *Signatory* to the *Code*, COB is required to fulfill its obligations and responsibilities set out in the *Code* and to implement the *International Standards* adopted by *WADA*, as well as:

- I. To assist *WADA* and the ABCD in their efforts to fight doping. Broadening its commitment, COB further undertakes to cooperate with *WADA* and ABCD in promoting health, fair play and equality among *Athletes*. COB shall respect the autonomy of *WADA* and ABCD and shall not interfere with their operational decisions and activities.
- II. To establish a Program of Anti-Doping Education and Prevention, and assist *WADA*, the International Federations and ABCD in their anti-doping education programs.
- III. To be prepared to fight against Doping, in conformity with the *Code*.

IV. To respect the operational independence of the Brazilian Doping Control Laboratory - LBCD and of all other laboratories accredited by *WADA*, as required by the *International Standard for Laboratories* and to refrain from implementing, subsidizing or keeping a facility developing biological material *Sample analyses* for *Doping Control* purposes that has not been accredited by *WADA*.

V. To establish, as a pre-requirement for taking office, that all Directors and employees shall abide by this *Policy* and shall comply with the *Code*.

VI. To implement procedures to protect any *Person* reporting a violation of an anti-doping rule, sanctioning any *Person* who threatens or acts to discourage another *Person*, who in good faith reports a violation of an anti-doping rules, non-conformity with the *Code*, or any other activity related to doping in sport, to *WADA*, Councils of Professionals or law enforcement agents.

VII. To make sure that no retaliation is suffered by a *Person* who reports a violation to an anti-doping rule, non-conformity with the *Code*, or another activity related to doping in sport, to *WADA*, Councils of Professionals or law enforcement agencies.

VIII. To withhold some or all funding, during any period of his or her *Ineligibility*, including the *Provisional Suspension*, to any *Athlete* or *Athlete Support Person* who has violated anti-doping rules.

IX. To withhold some or all funding to its member or recognized Sport Organizations that are not in compliance with the *Code* and this *Policy*.

X. To search and identify all potential anti-doping rule violations within its jurisdiction including the investigation into whether *Athlete Support Personnel* or other *Persons* may have been involved in each case of doping, and forward its conclusions to the relevant Authority to take the actions under its discretion.

XI. To promote anti-doping education, including requiring Sport Organizations to conduct anti-doping education in coordination with the ABCD and COB.

SECTION 5. SPORT ORGANIZATION COMPLIANCE

Art.5. For the purposes of this *Policy*, the term "Sport Organizations" shall include: the Olympic National Federations, the non-Olympic National Federations affiliated to and/or recognized by COB, other Sport Organizations and Major Events Organizations affiliated to the COB.

§1. As a condition to keep their affiliation to COB, abide to this *Policy*, in all of its aspects, the *Code*, the *International Standards* and the *Technical Documents* adopted by WADA.

§2. Each Sport Organizations must adopt and implement anti-doping rules or policies which are compliant with the *Code*, this *Policy*, the *International Standards* and the *Technical Documents* adopted by WADA.

§3. Furthermore, each Sport Organization shall:

I. Require as a condition to the maintenance of membership that the policies, rules, and programs of its members or clubs comply with the *Code*;

II. Provide support and assist COB, WADA, the International Olympic Committee

- IOC, their respective International Federations and the ABCD in eliminating doping in sport.

III. Cooperate with WADA and ABCD in promoting health, fair play and equality for all *Athletes*; and shall also respect the autonomy of COB, WADA and ABCD in their *Doping Control* and anti-doping activities.

IV. Support and provide assistance to COB, WADA, ABCD and any other *Anti-Doping Organization* with authority to conduct an investigation, in their efforts to fight doping in sport and cooperate with them in the investigation of potential violations of an anti-doping rule. Each Sport Organization shall also convey any information related to violations of anti-doping rules to COB, ABCD and their respective International Federations.

V. Require all *Athletes* and each *Athlete Support Personnel* who participates as coach, trainer, manager, team staff, official, medical or paramedical personnel in a *Competition* or activity authorized or organized by the Sport Organization or one of its member organizations to agree to be bound by anti-doping rules and *Anti-Doping Organization* results management authority in conformity with the *Code* as a condition of such participation.

VI. Implement disciplinary rules to prevent *Athlete Support Personnel* who are Using *Prohibited Substances* or *Prohibited Methods* without valid justification from providing support to *Athletes* within the National Federation's authority.

VII. Require *Athletes* who are not regularly registered with a Sport Organization to be available for *Sample* collection and to provide accurate and up-to-date whereabouts information on a regular basis, if required, during the year before the Olympic Games as a condition to the participation in the Olympic Games as a member of the National Olympic Team - TIME BRASIL.

VIII. Take appropriate action to discourage non-compliance with the *Code*.

IX. Recognize and respect a finding of an anti-doping rule violation by an International Federation, the ABCD or any other *Signatory* without the need for a hearing, provided the finding is consistent with the *Code* and within the authority of the body concerned.

I. Require any *Person* who is not regularly registered and who fulfills the requirements to be part of the ABCD *Registered Testing Pool*, to register and to make himself or herself available for *Testing*, at least six months before participating in *International Events* or *National Events*.

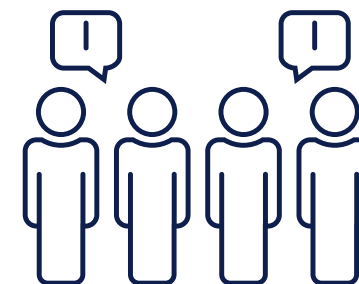
II. Promptly notify the COB of the finding of any anti-doping rule violation by, and the imposition of any sanction for an anti-doping rule violation on any *Athlete*, *Athlete Support Personnel* or other *Person* under its authority.

III. Promote anti-doping education in coordination with the ABCD and COB.

IV. Provide assistance and information to the COB as requested by the Secretary General to enable the COB to properly implement this *Policy*.

V. Assist COB, WADA, ABCD, and their respective International Federations in promoting and coordinating anti-doping education and prevention of doping in sport.

VI. Establish a rule whereby coaches, trainers, managers, referees, the medical team and all *Athlete Support Personnel* shall only work with *Athletes* upon formal acceptance of this *Policy*.



SECTION 6. COMPLIANCE WITH INTERNATIONAL FEDERATIONS

Art. 6. The obligations and *Consequences* imposed by this *Policy* shall be deemed supplementary to the obligations established by the International Federations and shall not be used to prevent any *Athlete*, *Athlete Support Personnel*, or any other *Person* from suffering the *Consequences* of a violation of the anti-doping rules established by their International Federation.

SECTION 7. OBLIGATIONS OF ATHLETES

Art.7. All *Athletes* shall:

- I. Be knowledgeable of and comply with all applicable anti-doping policies and rules, namely the *Code*, the *International Standards*, this *Policy*, and the policies and rules of their *National Anti-Doping Organization*, Sport Organization and International Federation;
- II. Be available for *Sample* collection at all times;
- III. Take responsibility, in the context of anti-doping, for what they ingest and *Use*;

I. Inform medical personnel of their obligation not to Use *Prohibited Substances and Prohibited Methods* and take responsibility to make sure that any medical treatment received does not violate the anti-doping policies and rules applicable to them;

II. Disclose to ABCD and their International Federation any decision by a *non-Signatory* finding that they committed an anti-doping rule violation within the previous ten years;

III. Cooperate with Anti-Doping Organizations investigating anti-doping rule violations.

§1. All *Athletes* who are regular members of a Sport Organization must be available for *Sample* collection conducted according to the *Code* and provide accurate and up-to-date whereabouts information on a regular basis as required during the year before the Olympic Games as a condition of participation in the Olympic Games as a member of the National Olympic Team - TIME BRASIL.

§2. Any *Athlete* who is not a member of a Sport Organization and who fulfills the requirements to be part of the ABCD *Registered Testing Pool*, must register and become a member of his or her Sport organization, and shall make himself or herself available for *Testing*, at least six months before participating in *International Events or National Events* of his or her Sport Organization.



SECTION 8. OBLIGATIONS OF ATHLETE SUPPORT PERSONNEL

Art. 8. All *Athlete Support Personnel* shall:

- I. Be knowledgeable of and comply with all anti-doping policies and rules, namely the *Code*, the *International Standards*, this *Policy* and the policies and rules of their *National Anti-Doping Organization*, *Sport Organization* and *International Federation*, applicable to them or to the *Athletes* whom they support;
- II. Cooperate with the *Athlete Testing* program;
- III. Use his or her influence on *Athlete* values and behavior to foster anti-doping attitudes;
- IV. Disclose to the ABCD and his or her *International Federation* any decision by a finding that they have committed an anti-doping rule violation within the previous ten years;
- V. Cooperate with *Anti-Doping Organizations* investigating anti-doping rule violations;
- VI. Not *Use* or *Possess* any *Prohibited Substance* or *Prohibited Method* without valid justification.

SECTION 9. MUTUAL RECOGNITION

Art.9. The COB shall recognize *Testing*, hearing results or other final adjudications by any *Signatory* which are consistent with the *Code* and are within that *Signatory's* authority.

Sole Paragraph. The COB shall recognize the same actions of other bodies which have not accepted the *Code* if the rules of those bodies are otherwise consistent with the *Code*.



SECTION 10. BREACHES OF THIS POLICY

Art.10. The commission of an anti-doping rule violation is a breach of this *Policy*.

Sole Paragraph. It is an infraction of this *Policy* for an *Athlete*, *Athlete Support Personnel*, other *Person* or a *Sport Organization* to breach any of their obligations to the COB derived from this *Policy*.

SECTION 11. PROTECTION OF PERSONAL INFORMATION

Art. 11. All personal information relating or pertaining to an *Athlete* shall be kept confidential and handled in accordance with the *International Standard for the Protection of Privacy and Personal Information (ISPPPI)*, and under provisions of the Brazilian Constitution and Supplementary Laws.

SECTION 12. COB IMPOSED SANCTIONS

Art. 12. Any *Person* who is found to have committed an anti-doping rule violation will be ineligible for membership or for selection in any *Team*, to receive funding from the COB, or, to hold any position on the COB.

§1. The period or periods of any sanction will be determined according to Articles 7.9, 10 and 11 of the *Code*.

§2. The COB will recognize previous sanctions imposed by any *Anti-Doping Organization* in determining whether the breach is a first, second or third offence.

§3. Further sanctions may notably be imposed by COB for the breaches of this *Policy*:

I. Ban from a course or ban from attending any class offered by the Brazilian Olympic Institute - IOB;

II. Loss of benefits and/or exclusion from projects or participation in programs funded or promoted by Olympic Solidarity;

III. Denied access to and prompt termination of any services offered by the Olympic Laboratory, TIME BRASIL Training Centers or COB affiliated Sport Organizations;

IV. Dismissal from team training camps, *Athlete's* village and or Olympic village;

V. Surrender of all *Event* related credentials given for being a member of TIME BRASIL or any other games representation.

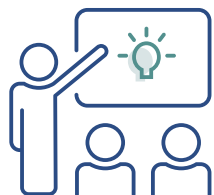
VI. Denied access to Brazilian Olympic Committee facilities, except as it pertains to breaches of this *Policy* or activities relating to Anti-Doping Education and Prevention.

SECTION 13. PUBLIC DISCLOSURE

Art. 13. The public disclosure of anti-doping rule violations shall comply with Art. 14.3 of the *Code*.

SECTION 14. ANTI-DOPING EDUCATION

Art. 14. COB shall implement specific anti-doping education programs for *Athletes* and *Athlete Support Personnel*, according to the *Code* and the *International Standards*. COB is convinced that it is only through education that *Athletes* and *Athlete Support Personnel* will understand their anti-doping



responsibilities and that their conformity to this *Policy* and the *Code* will be ensured. The key focus of these education programs shall be the prevention, including the awareness of damages from doping to *Athlete's* health, and encouraging fair and equalitarian sport practice.

§ 1. An *Athlete* who receives notice of inclusion in the *Registered Testing Pool*, or is called to join TIME BRASIL, shall, on a yearly basis, submit proof of participation in anti-doping education activities for *Athletes* that are sponsored or certified by COB, WADA, the *Athlete's* International Federation or by ABCD.

§ 2. A certified COB Coach, or a member of TIME BRASIL *Athlete Support Personnel* shall, on a yearly basis, submit proof of participation in anti-doping education activities for coaches sponsored by COB, ABCD, WADA or the relevant International Federation.

§ 3. *Athlete Support Personnel* (including, but not limited to physicians, nurses, physiotherapists, nutritionists, massage therapists and technicians) accredited to join the delegation of TIME BRASIL for the Olympic Games, Pan American Games, Youth Games or any other *Events* entered by TIME BRASIL, shall submit proof of participation in the previous twelve months in anti-doping education with is sponsored or certified by COB, ABCD, WADA or the relevant International Federation.

SECTION 15. ADHERENCE TO COB ANTI-DOPING POLICY

Art. 15. The *Code* requires *Signatories* to establish rules and procedures to ensure that all *Athletes*, *Athlete Support Personnel* and other *Persons* under the *Signatories'* responsibility are informed of their anti-doping rules and procedures. In order to implement this *Code* requirement,

COB is calling upon all the Sport Organizations to assume the responsibility of informing their *Athletes, Athlete Support Personnel* and other *Persons* about this *Anti-doping Policy* and ABCD protocols.

§ 1. All *Athletes, Athlete Support Personnel* and other *Persons* who are registered with a Sport Organizations or are member of TIME BRASIL **AGREE** to abide by this *Policy* and ABCD protocols.

§ 2. All *Athletes* who are included in a *Registered Testing Pool* **AGREE** to abide by this *Policy* and ABCD protocols.

§ 3. All *Athletes, Athlete Support Personnel* and other *Persons* who notably participate in the Olympic Games, Pan American Games, Youth Games, or Event or Competition organized or approved by a Sport Organization **AGREE** to abide by this *Policy* and ABCD protocols.

§ 4. All *Athletes, Athlete Support Personnel* and other *Persons* who use any Olympic venue, Training Center or venues owned by or available to COB, **AGREE** to abide by this *Policy* and ABCD protocols.

§ 5. All *Athletes, Athlete Support Personnel* and other *Persons* who are in any way subject to the jurisdiction of COB **AGREE** to abide by this *Policy* and ABCD protocols.

SECTION 16. DISCIPLINARY RULES

Art. 16. COB Ethics Council will have the authority to determine its disciplinary procedures. However, in all matters pertaining to anti-doping, such procedures must conform with Article 8 of the *Code*.

SECTION 17. NOTICE

Art. 17. When imposing a sanction to any *Person* for violation of the rules established in this *Policy*, COB shall send the details of the sanction to:

- I. The International Olympic Committee, where applicable;
- II. The relevant International Federation;
- III. The relevant Brazilian Confederation;
- IV. ABCD;
- V. WADA;
- VI. Those *Persons* entitled to notification under Article 14.1 of the *Code*;
- VII. Any *Person* or organization to which COB deems the subject should be informed in this respect.

SECTION 18. APPEALS

Art.18. Except as provided in the *Code*, no *Person* may appeal or challenge any recognition by the COB of an anti-doping



rule violation unless that *Person* has first exhausted all his or her rights of appeal and other legal rights (if any) in respect of the hearing and finding of the *Anti-Doping Organization* (before any tribunal as provided for in the anti-doping policy of the *Anti-Doping Organization* concerned). In the event that a *Person* challenges or appeals the hearing or finding of the *Anti-Doping Organization* concerned, COB will defer recognition of the anti-doping rule violation pending the conclusion of the challenge or appeal and will abide by the decision of the tribunal concerned.

Sole Paragraph. Decisions under this *Policy* may be appealed in conformity with Article 13 of the *Code*. Such decisions shall remain in effect while under appeal unless the appellate body orders otherwise.

SECTION 19. REVIEW OF ANTI-DOPING RULE VIOLATION

Art. 19. If a *Person* recorded as having committed an anti-doping rule violation is subsequently found not to have committed that anti-doping rule violation or is otherwise cleared or pardoned of any relevant wrongdoing by CAS or any other *Anti-Doping Organization's* Appellate Body acting in conformity with the *Code*, the COB will overturn any sanction which had been imposed as a result of that anti-doping rule violation and will report the decision to all those *Persons* notified of the initial imposition of the sanction.

Sole Paragraph. The annulment provided for in this article shall not result in the payment or transfer of any retroactive benefit, or any indemnity for the application of the penalty hereby annulled.

SECTION 20. ANTI-DOPING DEPARTMENT

Art. 20. COB shall establish an Anti-Doping Education and Prevention Department to implement this Anti-Doping Policy, which shall be autonomous, independent and comply with the *Code*, the International Standards and Technical Documents adopted by WADA.

§1. The Anti-Doping Education and Prevention Department shall act in cooperation with ABCD and other relevant *Anti-Doping Organizations* with regard to the implementation of this *Policy*.

§2. Further more, the Anti-Doping Education and Prevention department shall:

- I. Develop an educational program in accordance with the *Code and International Standards*.
- II. Integrate anti-doping education into other educational programs conducted by COB.
- III. Develop and maintain up to date tools that expand the reach of anti-doping education, facilitate distant learning platforms and educate Sport Organization officials.
 - I. Conduct, promote, and encourage seminars, lectures, and face-to-face activities, in coordination with ABCD, with Athletes, *Athlete Support Personnel*, and other *Persons* involved in *Athlete* development;
 - II. Conduct, promote, and encourage seminars, lectures, and face-to-face activities, in coordination with ABCD, with *Athletes, Athlete Support Personnel*, and other *Persons* involved in *Athlete* development;
 - III. Conduct, promote, and encourage anti-doping education seminars and lectures for managers, COB employees and COB affiliated Sports Organizations;
 - IV. Advise the COB Secretary-General of matters related to the fight against doping;

VIII. Maintain a special focus on assisting *Athletes, Athlete Support Personnel* and other Persons about the *Prohibited List*, and assistance with Therapeutic Use Exemption (TUE) applications, in compliance with the *International Standard for Therapeutic Use Exemption (ISTUE)*;

IX. Notify the COB Compliance Officer of any investigation reports or results pertaining to possible violations of this *Policy*;

X. Notify ABCD and WADA of any reports and findings pertaining to possible anti-doping rule violations;

XI. Promote, in coordination with the Medical Department of the COB, educational and prevention actions regarding the *Use of Prohibited Substances and Methods*, and to combat the use of alcohol and drugs in the Olympic environment;

XII. Develop, in coordination with the COB Sports Director, anti-doping education and prevention actions with TIME BRASIL, during its preparation and participation in *International Games*.

SECTION 21. INTERPRETATION AND COMING INTO FORCE

Art. 21. All the words utilized in this *Policy* shall have the same meaning as that ascribed to them in the *Code* and the *International Standards*. The *Code* and the *International Standards* shall be considered as part of this *Policy*, apply automatically and prevail in case of conflict.

§1. The official text of this Policies shall be maintained by COB and shall be published in Portuguese, Spanish and English. In the event of any conflict between versions, the Portuguese version shall prevail.

§2. This *Policy* shall come into full force and effect on September 05, 2019.



www.cob.org.br

COMITÉ OLÍMPICO DO
BRASIL



POLÍTICA ANTIDOPAJE

SINOPSIS

Esta es la esencia del Olimpismo, perseguir la excelencia del hombre a través de la dedicación a la perfección del talento natural de cada *Persona*. Así el "espíritu del deporte" es puesto en práctica.

ÍNDICE

Fundamentos	4
Sección 1. Compromiso con el combate al dopaje	5
Sección 2. Aplicación de la Política Antidopaje	5
Sección 3. Cumplimiento del Código y Estándares Internacionales	5
Sección 4. Responsabilidades del COB	6
Sección 5. Cumplimiento de las Entidades Deportivas	7
Sección 6. Cumplimiento con las Federaciones Internacionales	8
Sección 7. Obligaciones de los Deportistas	9
Sección 8. Obligaciones del Personal de Apoyo a los Deportistas	9
Sección 9. Reconocimiento Mútuo	10
Sección 10. Infracción a esta Política	10
Sección 11. Protección de las Informaciones Personales	10
Sección 12. Sanciones Impuestas por el COB	11
Sección 13. Divulgación Pública	11
Sección 14. Educación Antidopaje	11
Sección 15. Adhesión a la Política Antidopaje del COB	12
Sección 16. Procedimientos Disciplinarios	13
Sección 17. Notificación	13
Sección 18. Apelación	13
Sección 19. Revisión de Infracción de las Normas Antidopaje	14
Sección 20. Departamento de Antidopaje	14
Sección 21. Interpretación e Implementación	15

FUNDAMENTOS

Los Programas Antidopaje en el Deporte buscan preservar los valores intrínsecos del deporte, el conjunto de esos valores es lo que llamamos "espíritu deportivo". Esta es la esencia del Olimpismo, perseguir la excelencia del hombre a través de la dedicación a la perfección del talento natural de cada *Persona*. Así el "espíritu del deporte" es puesto en práctica. El espíritu deportivo es la celebración del espíritu humano, cuerpo y mente, y se refleja en los valores que encontramos en el deporte y a través del deporte, incluyendo:

- Ética, juego limpio y honestidad;
- Salud;
- Desempeño extraordinario;
- Carácter y educación;
- Diversión y placer;
- Trabajo en equipo;
- Dedicación y compromiso;
- Respeto a las leyes y reglas;
- Respeto a si y a otros participantes;
- Coraje;
- Solidaridad.

El Dopaje es fundamentalmente contrario al espíritu deportivo.



SECCIÓN 1. COMPROMISO CON EL COMBATE AL DOPAJE

Art. 1. El Comité Olímpico de Brasil (COB), comprometido con la ética y los valores del deporte, establece e implementa su Política Antidopaje (Política). Esta Política reafirma el compromiso del COB con el Código Mundial Antidopaje (Código), y su cooperación con la Agencia Mundial Antidopaje (WADA) y la Autoridad Brasileña de Control de Dopaje (ABCD), en la erradicación del dopaje en el deporte.

SECCIÓN 2. APLICACIÓN DE LA POLÍTICA ANTIDOPAJE

Art. 2. Esta Política se aplica a:

- a. El COB;
 - b. *Deportistas*;
 - c. *Personal de Apoyo a los Deportistas*;
 - d. *Personas* bajo la autoridad del COB;
 - e. Entidades Deportivas (definidas en el Artículo 5 de esta *Política*);
- § 1°. Las sanciones serán aplicadas en los casos de infracción de las normas antidopaje, o cualquier regla determinada en esta *Política*.
- § 2°. El COB deberá reconocer *Controles* y decisiones proferidas en procesos realizados por cualquier *Signatario*, que sea consistente con el *Código* y circunscritas a la Autoridad de aquel *Signatario*.
- § 3°. El COB deberá reconocer las mismas acciones de otras Organizaciones que no hayan aceptado el *Código*, si sus reglas antidopaje fuesen consistentes con el *Código*.

SECCIÓN 3. CUMPLIMIENTO DEL CÓDIGO Y ESTÁNDARES INTERNACIONALES

Art. 3. Esta *Política* cumple con el *Código* y los *Estándares Internacionales* adoptados por la *WADA*.

SECCIÓN 4. RESPONSABILIDADES DEL COB

Art.4. El COB como *Signatario* del *Código* está obligado a cumplir sus obligaciones y responsabilidades previstas en el *Código* y cumplir lo que determinan los *Estándares Internacionales* adoptados por la *WADA*, así como:

- I. Asistir a la *WADA* y a la ABCD en sus esfuerzos en el antidopaje. Extendiendo su compromiso, el COB se compromete a cooperar con la *WADA* y a la ABCD en la promoción de la salud, del juego limpio y de la igualdad entre los *Deportistas*. El COB deberá respetar la autonomía de la *WADA* y de la ABCD y no deberá interferir en sus decisiones y actividades operativas.
- II. Establecer un Programa de Educación y Prevención al dopaje en el deporte y, asistir a la *WADA*, Federaciones Internacionales y ABCD en sus programas de educación antidopaje.
- III. Estar apto a ejercer las actividades de combate al Dopaje, en cumplimiento con los documentos técnicos de la *WADA*.

IV. Respetar la independencia operativa del Laboratorio Brasileño de Control de Dopaje - LBCD y demás laboratorios acreditados por la *WADA*, como determina el *Estándar Internacional para Laboratorios*, no implementando, subsidiando, contratando o manteniendo la estructura, desarrollando actividades de análisis de Muestras de material biológico para fines de Control del Dopaje sin la acreditación de la *WADA*.

V. Establecer, como pre requisito al cargo, que todos sus Directores y empleados declaren acuerdo con esta *Política Antidopaje*, y que cumplirán el *Código*.

VI. Implementar mecanismos de protección a *Personas* que reporten infracción de las normas antidopaje, amonestando a cualquier *Persona* que amenace o actúe para desalentar al individuo que, de buena fe, denuncie infracción de las normas antidopaje, incumplimiento del *Código*, u otra actividad relacionada al dopaje en el deporte a la *WADA*, Consejos Profesionales o agentes de la ley.

VII. Asegurar que no habrá ninguna amonestación a la *Persona* que denuncie infracción de las normas antidopaje, incumplimiento del *Código*, u otra actividad relacionada al dopaje en el deporte a la *WADA*, Consejos Profesionales o agentes de la ley.

VIII. Interrumpir la transferencia de cualquier recurso financiero durante su período de Inelegibilidad, incluyendo el período de *Suspensión Provisoria*, para cualquier *Deportista, Personal de Apoyo a los Deportistas* que haya cometido una infracción de las normas antidopaje.

IX. Interrumpir la transferencia de cualquier recurso financiero a sus miembros, o Entidad Deportiva que no estén en cumplimiento con el *Código* y esta *Política*."

X. Buscar identificar todas las potenciales infracción de las normas antidopaje en su jurisdicción, incluyendo investigar si alguna *Persona de Apoyo a los Deportistas* u otra *Persona* pueda haberse involucrado en casos de dopaje, y enviar al organismo competente para las previsiones correspondientes."

XI. Promover educación antidopaje y requerir a las Entidades Deportivas que impartan educación antidopaje en coordinación con la ABCD y el COB.

SECCIÓN 5. CUMPLIMIENTO DE LAS ENTIDADES DEPORTIVAS

Art. 5. Para los propósitos de esta *Política* el término Entidad Deportiva incluye a las Confederaciones Olímpicas, las Confederaciones no Olímpicas vinculadas y/o reconocidas por el COB, otros Entes Deportivos y Organizadores de Grandes Eventos vinculados al COB.

§ 1°. Como condición para mantener su vínculo con el COB, deben adherir a esta *Política*, en todos los aspectos, al *Código*, a los *Estándares Internacionales* y *Documentos Técnicos* adoptados por la WADA.

§ 2°. Cada Entidad Deportiva deberá adorar e implementar regla o política antidopaje en cumplimiento con esta *Política*, con el *Código*, con los *Estándares Internacionales* y *Documentos Técnicos* adoptados por la WADA.

§ 3°. Además de eso las Entidades Deportivas deben:

I. Requerir, como condición para mantenimiento de afiliación, que las *políticas*, reglas y programas desarrollados por sus miembros y clubes cumplan el *Código*.

II. Dar soporte y asistir al COB, la WADA, al Comité Olímpico Internacional - COI, a sus respectivas Federaciones Internacionales, a la ABCD y cualquier otra *Organización Antidopaje* en la erradicación del dopaje en el deporte.

III. Cooperar con la WADA y la ABCD en la promoción de la salud, en la promoción del juego limpio y por la igualdad entre todos los *Deportistas*; así como también deberán respetar la autonomía del COB, de la WADA y de la ABCD en sus acciones de *Control del Dopaje* y actividades antidopaje.

IV. Apoyar y asistir al COB, a la WADA, a la ABCD y cualquier otra *Organización Antidopaje* con autoridad para conducir una investigación, en sus esfuerzos para combatir el dopaje en el deporte y, cooperar con ellas en la investigación de potenciales infracción de las normas antidopaje. Adicionalmente, cada Entidad Deportiva deberá relatar cualquier información relacionada a infracción de las normas antidopaje al COB, a la ABCD y a sus respectivas Federaciones Internacionales.

V. Requerir que cada *Deportistas* y cualquier *Personal de Apoyo a los Deportistas* que participe como técnico, entrenador, gestor, colaborador o prestador de servicios, delegados o representantes oficiales, equipo médico en competición o actividad autorizada u organizada por la Entidad Deportiva o por cualquiera de sus organizaciones afiliadas, concuerden en comprometerse con las reglas antidopaje y con la Organización Antidopaje responsable por la Gestión de Resultados, cumpliendo con el *Código*, como condición para su participación.

VI. Implementar medidas disciplinarias para evitar que *Personal de Apoyo a los Deportistas* en uso de *sustancias o métodos prohibidos*, sin justificación válida, actúe ofreciendo soporte a *Deportistas* bajo su autoridad.

VII. Requerir que *Deportistas* que no sean sus miembros regulares estén disponibles para la obtención de *Muestras para Control del Dopaje*, suministren informaciones precisas y actualizadas de localización de manera regular, si son requeridos, durante el año anterior a los Juegos Olímpicos, como condición para la participación en los Juegos Olímpicos y convocatoria para el TIME BRASIL;

VIII. Tomar previsiones apropiadas para desalentar el incumplimiento al *Código*;

IX. Reconocer y respetar el descubrimiento de una infracción de las normas antidopaje por una Federación Internacional, por la ABCD o cualquier otro *Signatario* sin la necesidad de una audiencia, siempre que la constatación sea compatible con el *Código* y bajo la autoridad del organismo en cuestión;

X. Requerir que cualquier *Persona* que no sea un miembro regular pero que complete los requisitos para volverse parte del *Grupo Registrado de Control* de la ABCD, se regularice como miembro y esté disponible para *Control*, con anticipación mínima de seis meses de su participación en *Eventos Nacionales o Internacionales*.

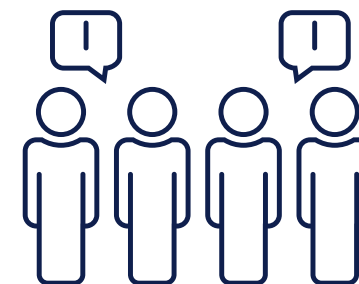
XI. Notificar inmediatamente al COB cuando se notifique una infracción de las normas antidopaje y la imposición de cualquier sanción por una infracción de las normas antidopaje a cualquier *Deportista, Personal de Apoyo a los Deportistas* u otra *Persona* bajo su autoridad.

XII. Promover educación antidopaje en coordinación con la ABCD y el COB.

XIII. Suministrar asistencia e información al COB, por requerimiento del Director General, para permitir que el COB implemente de forma apropiada esta *Política*.

XIV. Asistir al COB, WADA y ABCD, y sus respectivas Federaciones Internacionales, a promover y coordinar la educación y prevención al dopaje en el deporte.

XV. Establecer regla determinando que la actuación de técnicos, preparadores físicos, gerentes, árbitros, equipo médico y todo el *Personal de Apoyo a los Deportistas*, esté condicionado a la aceptación formal de esta *Política*.



SECCIÓN 6. CUMPLIMIENTO CON LAS FEDERACIONES INTERNACIONALES

Art. 6. Las obligaciones y consecuencias impuestas por esta *Política* deben ser consideradas como suplementarias a las obligaciones impuestas por las Federaciones Internacionales y no servirán para evitar que cualquier *Deportista, Personal de Apoyo a los Deportistas*, o cualquier otra *Persona* sufra las consecuencias de no cumplir las reglas antidopaje impuestas por su Federación Internacional.

SECCIÓN 7. OBLIGACIONES DE LOS DEPORTISTAS

Art.7. Todo *Deportista* debe:

- I. Tener conocimiento y cumplir con todas las políticas y reglas antidopaje aplicables, en particular el *Código*, los *Estándares Internacionales*, esta *Política*, y las políticas y reglas impuestas por la ABCD, por la Confederación y por la Federación Internacional de la modalidad.
- II. Estar disponible para obtención de *Muestras* para fines de *Control del Dopaje* todo el tiempo.



III. Ser responsable, en el contexto del antidopaje, por lo que *Usa* y por todo lo que entra en su cuerpo, por cualquier vía.

IV. Informar a todo profesional de la salud, de sus obligaciones con el *Código*, de su prohibición de *Uso de Sustancias o Métodos Prohibidos* y, ser responsable por asegurar que cualquier tratamiento médico recibido no configure una infracción de las normas antidopaje y de las reglas aplicables a ellos.

V. Informar a la ABCD y a su Federación Internacional de cualquier sanción recibida por infracción de las normas antidopaje proferida por un no *Signatario*, en los últimos diez años.

VI. Cooperar con las Organizaciones Antidopaje en investigaciones de infracción de las normas antidopaje.

§1. Todos los *Deportistas* que sean registrados en una Entidad Deportiva deben estar disponibles para obtención de *Muestras* conducidas de acuerdo con el *Código* y suministrar informaciones de localización precisas y actualizadas de forma regular, cuando sean solicitadas, durante el año que antecede los Juegos Olímpicos, como condición para su participación en los Juegos Olímpicos como miembros del TIME BRASIL.

§2. Cualquier *Deportista* que no sea registrado en una Entidad Deportiva y que cumpla los requisitos para componer el *Grupo Registrado de Control* de la ABCD, se debe registrar junto a la Confederación de su modalidad, y debe estar disponible para Control, con anticipación mínima de seis meses de su participación en *Eventos Nacionales o Internacionales* de su modalidad.

SECCIÓN 8. OBLIGACIONES DEL PERSONAL DE APOYO A LOS DEPORTISTAS

Art. 8. Todo el *Personal de Apoyo a los Deportistas* debe:

- I. Tener conocimiento y cumplir con todas las políticas y reglas antidopaje aplicables, en particular el *Código*, los *Estándares Internacionales*, esta *Política*, y las políticas y reglas impuestas por la ABCD, por la Confederación y por la Federación Internacional de la modalidad, aplicables a ellos y a los *Deportistas* que cumplen;
- II. Cooperar con el programa de *Control del Dopaje de los Deportistas*;
- III. Utilizar su influencia en la construcción de valores y comportamiento del *Deportista* que se conviertan en actitudes que prevengan el dopaje;
- IV. Informar a la ABCD y a su Federación Internacional de cualquier sanción recibida por infracción de las normas antidopaje proferida por un no *Signatario*, en los últimos diez años;
- V. Cooperar con las Organizaciones Antidopaje en investigaciones de infracción de las normas antidopaje;
- VI. No *Usar* o *Poseer* ninguna *Sustancia o Método Prohibido* sin justificación válida.

SECCIÓN 9. RECONOCIMIENTO MUTUO

Art. 9. El COB debe reconocer el *Control*, los resultados de audiencias u otras decisiones proferidas por cualquier *Signatario*, que sea consistente con el *Código* y dentro de la autoridad de ese *Signatario*.

Párrafo Único. El COB debe reconocer las mismas acciones de otras Organizaciones que no hayan aceptado el *Código*, si las reglas de estas Organizaciones son consistentes con el *Código*.



SECCIÓN 10. INFRACCIÓN A ESTA POLÍTICA

Art.10. La infracción a cualquiera norma antidopaje consiste en infracción a esta *Política*.

Párrafo Único. Consiste infracción a esta *Política*, el *Deportista*, *Personal de Apoyo a los Deportistas*, otra *Persona* o Entidad Deportiva que viole cualquiera de sus obligaciones con el COB, derivadas de esta *Política*.

SECCIÓN 11. PROTECCIÓN DE LAS INFORMACIONES PERSONALES

Art. 11. Todas las informaciones personales relacionadas o pertenecientes a los *Deportistas* serán mantenidas en confidencialidad y tratadas según el *Estándar Internacional de Protección a la Privacidad y las Informaciones Personales (ISPPPI)*, con la Constitución Brasileña y Legislación complementaria.

SECCIÓN 12. SANCIONES IMPUESTAS POR EL COB

Art.12. Cualquier *Persona* que esté cumpliendo suspensión, aunque provisoria, por una infracción de las normas antidopaje estará inelegible para registro o selección por cualquier *Time*, impedida de recibir recurso financiero del COB u ocupar un cargo o cualquier otra posición en el COB.

§1. El período o períodos de cualquier sanción será determinado de acuerdo con los Artículos 7.9, 10 y 11 del *Código*.

§2. El COB reconocerá sanciones previas impuestas por cualquier Organización Antidopaje, para determinar si la infracción es una primera, segunda o tercera infracción.

§3. Otras sanciones impuestas por el COB por no respetar esta *Política*:

- I. Exclusión de curso o impedimento a la participación en cualquier Curso ofrecido por el Instituto Olímpico Brasileño - IOB;
- II. Pérdida de beneficios, exclusión de proyectos o exclusión de la participación en programas financiados o promovidos por la Solidaridad Olímpica;
- III. Impedimento al acceso y cesación inmediata de la prestación de servicios ofrecidos por el Laboratorio Olímpico, Centros de Entrenamiento del TIME BRASIL y de las Confederaciones filiadas al COB;
- IV. Separación de la concentración, villa de *Deportistas*, y/o villa Olímpica;
- V. Retirada de la credencial del *Evento* en que el infractor integre el TIME BRASIL o cualquier otra representación en juegos.
- VI. Impedimento al acceso a las dependencias del Comité Olímpico de Brasil, excepto para tratar asuntos relativos a infracciones de esa *Política* o para actividades de Educación y Prevención al Dopaje.

SECCIÓN 13. DIVULGACIÓN PÚBLICA

Art. 13. La divulgación pública de las infracciones de las normas antidopaje será realizada de acuerdo con el Art. 14.3 del *Código*.

SECCIÓN 14. EDUCACIÓN ANTIDOPAJE

Art. 14. El COB deberá implementar programas de educación antidopaje específicos para *Deportistas* y *Personal de Apoyo a los Deportistas*, de acuerdo con el *Código* y *Estándares Internacionales*. El COB cree que solamente a través de la educación, *Deportistas* y *Personal de Apoyo a los Deportistas* entenderán sus responsabilidades antidopaje y de esta forma

cumplirán esta *Política* y el *Código*. El objetivo de los programas de educación deberá ser la prevención, incluyendo la alerta sobre los daños causados por el dopaje a la salud del *Deportista*, y alentando la práctica deportiva justa e igualitaria.

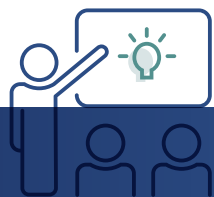
§ 1°. El *Deportista* notificado de su inclusión en el *Grupo Registrado de Control*, o convocado al TIME BRASIL, deberá comprobar, anualmente, su participación en actividades de educación antidopaje para *Deportistas* promovida o certificada por el COB, WADA, su Federación Internacional o por la ABCD.

§ 2°. El Entrenador certificado por el COB, o *Personal de Apoyo a los Deportistas* del TIME BRASIL, deberá comprobar, anualmente, su participación en actividades de educación antidopaje para entrenadores promovida o certificada por el COB, WADA, su Federación Internacional o por la ABCD.

§ 3°. Todo el *Personal de Apoyo a los Deportistas* del área de salud (incluyendo, pero no limitándose a médicos (as), enfermeros(as), fisioterapeutas, nutricionistas, maso terapeutas y técnicos) acreditados para componer la delegación del TIME BRASIL en Juegos Olímpicos, Juegos Panamericanos, Juegos Olímpicos de la Juventud o cualquier otro evento con la participación del TIME BRASIL, deberá comprobar su participación en actividades de educación antidopaje promovida o certificada por el COB, WADA, su Federación Internacional o por la ABCD, en los últimos doce meses.

SECCIÓN 15. ADHESIÓN A LA POLÍTICA ANTIDOPAJE DEL COB

Art. 15. El *Código* requiere que cada *Signatario* establezca reglas y procedimientos para asegurar que todos los *Deportistas*, *Personal de Apoyo a los Deportistas* y otras *Personas* bajo su responsabilidad sean informados de sus reglas y procedimientos antidopaje. Para implementar esta determinación del *Código*, el COB convoca a todas las Entidades Deportivas a asumir la responsabilidad de informar a sus *Deportistas*, *Personal de Apoyo a los Deportistas* y otras *Personas*, de esta *Política Antidopaje* y de los protocolos de la ABCD.



§ 1°. Todos los *Deportistas, Personal de Apoyo a los Deportistas* y otras *Personas* registradas en una Entidad Deportiva, o que sean miembros del TIME BRASIL, **CONCUERDAN** en someterse a esta *Política* y a los protocolos de la ABCD.

§ 2°. Todos los *Deportistas* incluidos en un *Grupo Registrado de Control*, **CONCUERDAN** en someterse a esta *Política* y a los protocolos de la ABCD.

§ 3°. Todos los *Deportistas, Personal de Apoyo a los Deportistas* y otras *Personas* que participen de los Juegos Olímpicos, Juegos Panamericanos, Juegos Olímpicos de la Juventud, *Evento o Competición* organizada o aprobada por una Entidad Deportiva, **CONCUERDAN** en someterse a esta *Política* y a los protocolos de la ABCD.

§ 4°. Todos los *Deportistas, Personal de Apoyo a los Deportistas* y otras *Personas* que utilicen una arena Olímpica, Centros de Entrenamiento o instalaciones pertenecientes o a disposición del COB, **CONCUERDAN** en someterse a esta *Política* y a los protocolos de la ABCD.

§ 5°. Todos los *Deportistas, Personal de Apoyo a los Deportistas* y otras *Personas* que, de alguna forma, estén bajo la jurisdicción del COB, **CONCUERDAN** en someterse a esta *Política* y a los protocolos de la ABCD.

SECCIÓN 16. PROCEDIMIENTOS DISCIPLINARIOS

Art. 16 - El Consejo de Ética del COB tendrá el poder para regular sus procedimientos disciplinarios. Sin embargo, en todos los aspectos relacionados a la materia *Antidopaje*, tales procedimientos deberán cumplir con el Art. 8 del Código.

SECCIÓN 17. NOTIFICACIÓN

Art. 17. Al imponer una sanción a cualquier *Persona*, por infracción de las normas previstas en esta *Política*, el COB deberá enviar los detalles de esta sanción a:

- I. El Comité Olímpico Internacional, si es aplicable;
- II. La Federación Internacional correspondiente;
- III. La Confederación Brasileña correspondiente;
- IV. La ABCD;
- V. La WADA;
- VI. A las *Personas* designadas para notificación en el Art. 14.1 del Código;
- VII. A cualquier *Persona* u organización que el COB entienda que deban ser informados al respecto.

SECCIÓN 18. APELACIÓN

Art. 18. Excepto cuando sea previsto por el *Código*, ninguna *Persona* puede apelar o impugna cualquier reconocimiento por el COB de una infracción de las normas antidopaje, antes de agotar las posibilidades de apelación y otros derechos (si hubiera) referentes a la infracción de las normas antidopaje por una *Organización Antidopaje* (ante el Tribunal Antidopaje o Autoridad de Gestión de Resultados responsable).



Si una *Persona* impugna o apela la audiencia o el descubrimiento de la *Organización Antidopaje* en cuestión, el COB pospondrá el reconocimiento de la infracción de las normas antidopaje hasta la conclusión del juicio de la apelación, y cumplirá la decisión proferida por el tribunal en cuestión.

Párrafo Único. Decisiones sobre esta *Política* podrán ser apeladas cumpliendo el Artículo 13 del *Código*. Tales decisiones permanecerán en vigor mientras estén bajo apelación, a menos que el organismo de apelación ordene lo contrario.

SECCIÓN 19. REVISIÓN DE INFRACCIÓN DE LAS NORMAS ANTIDOPAJE

Art. 19. Si una *Persona* registrada como habiendo cometido una infracción de las normas antidopaje es posteriormente considerada como no haber cometido esa infracción de las normas antidopaje, o es inocente, o perdonada de cualquier transgresión, por la Corte Arbitral del Deporte (CAS), o cualquier otro Organismo de Apelación de la Organización Antidopaje actuando según el *Código*, el COB anulará la infracción de las normas antidopaje y cualquier sanción que haya sido impuesta como resultado de esa infracción de las normas antidopaje, y comunicará la decisión a todas las *Personas* notificadas de la sanción impuesta inicialmente.

Párrafo Único. La anulación prevista en este artículo no proporcionará el pago o la transferencia de ningún beneficio retroactivo, o indemnización por la aplicación de la sanción ahora anulada.

SECCIÓN 20. DEPARTAMENTO DE ANTIDOPAJE

Art. 20. El COB constituirá un Departamento de Educación y Prevención al Dopaje (DEPD), para la implementación de esta Política Antidopaje, que actuará con autonomía, independencia, observancia al *Código*, *Estándares Internacionales* y *Documentos Técnicos* adoptados por la WADA.

§1. El DEPD actuará en cooperación con la ABCD y otras *Organizaciones Antidopaje* relevantes con relación a la implementación de esta *Política*.

§2. Además, el DEPD deberá:

I. Desarrollar un programa educativo de acuerdo con el *Código* y *Estándares Internacionales*;

II. Integrar la educación antidopaje en otros programas educativos conducidos por el COB;

III. Desarrollar y mantener actualizadas herramientas que expandan el alcance de la educación antidopaje, facilitando el acceso a plataformas de enseñanza a distancia, y educar a los oficiales de las Entidades Deportivas.

IV. Conducir, promover e incentivar seminarios, charlas y actividades presenciales, en coordinación con la ABCD, para *Deportistas*, *Personal de Apoyo a los Deportistas*, y otras *Personas* involucradas en el desarrollo del *Deportista*;

V. Conducir, promover e incentivar seminarios y charlas sobre educación antidopaje para Gestores, colaboradores del COB y de las Entidades Deportivas afiliadas al COB;

VI. Asesorar al Director General del COB en las materias relacionadas al combate al dopaje;

VII. Mantener atención especial en la asistencia de *Deportistas*, *Personal de Apoyo a los Deportistas* y otras *Personas* para aclaraciones sobre la *Lista de Sustancias y Métodos Prohibidos*, ayudar en las solicitudes de *Autorización de Uso Terapéutico*, según el *Estándar Internacional de Autorización de Uso Terapéutico (ISTUE)*;

VIII. Notificar al Oficial de Cumplimiento de COB de cualquier investigación sobre posible infracción a esta *Política*;

IX. Notificar al ABCD y WADA cualquier resultado de investigación sobre posibles infracciones de las normas antidopaje;

X. Promover en coordinación con la Gerencia Médica del COB acciones de educación y prevención al uso de *Substancias y Métodos Prohibidos*, y de combate al uso de alcohol y otras drogas en el medio Olímpico.

XI. Desarrollar en coordinación con la Dirección de Deportes del COB, acciones de educación y prevención antidopaje con el TIME BRASIL, durante la preparación y preparación en *Juegos Internacionales*.

Sección 21. Interpretación e Implementación

Art.21. Todas las palabras utilizadas en esta *Política* tendrán el mismo significado que aquellas atribuidas a ellas en el *Código* y en los *Estándares Internacionales*. El *Código* y los *Estándares Internacionales* deben ser considerados parte de esta *Política*, serán aplicados automáticamente y prevalecerán en caso de conflicto.

§1. El texto oficial de esta *Política* se mantendrá por el COB y será publicado en Portugués, Español e Inglés. En caso de conflicto entre las versiones, la versión en Portugués prevalecerá.

§2. Esta *Política* entrará en vigore el 05 de septiembre de 2019.



www.cob.org.br